



## Presidente do TRF2 prorroga validade de concursos para servidor da Justiça Federal

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Paulo Espírito Santo, prorrogou, até 21.12.2011, o prazo de validade do Concurso Público realizado para provimento de cargos de servidores para o órgão. O concurso havia sido homologado pelo [Edital nº 09/2007](#), publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 21.12.2007.

Os cargos desse concurso são: Analista Judiciário, nas especialidades Arquivologia, Biblioteconomia, Contadoria, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Estatística, Execução de Mandados, Informática, Medicina do Trabalho, Odontologia, Serviço Social e Sem Especialidade (áreas Administrativa e Judiciária); Técnico Judiciário, nas especialidades Contabilidade, Informática e Operação de Computadores; e Auxiliar Judiciário.

O Concurso Público homologado pelo [Edital nº 01/2008](#), publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 15.01.2008, também teve seu prazo de validade prorrogado até 15.01.2012. Esse concurso foi realizado para prover os cargos de Analista Judiciário/Taquigrafia e Técnico Judiciário, nas especialidades Segurança e transporte, Telecomunicações e Eletricidade, Telefonia e Sem Especialidade.

Os atos ([nº 457 e 458](#)) que prorrogaram a validade dos dois concursos foram publicados no Diário Oficial da União de hoje (16/10), Seção 2.



## Grupo finaliza relatório com sugestões para as varas criminais

Na próxima semana, o grupo de trabalho para Estudo e Proposição de Estrutura Mínima para as Varas Criminais e de Execução Penal apresenta ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, relatório com sugestões para melhorar o funcionamento das Varas Criminais e de Execução penal em todo o país.

Formado por sete juízes estaduais e federais que atuam na área criminal em diferentes estados brasileiros - além do juiz auxiliar da presidência do CNJ e coordenador nacional dos mutirões carcerários, Erivaldo Ribeiro -, o grupo é coordenado pelo conselheiro do CNJ, Walter Nunes da Silva Junior. O grupo foi criado pelo Conselho em agosto de 2009, a partir das inspeções e mutirões carcerários onde foram identificados problemas como falta de rotina e excesso de prazo na concessão de benefícios a detentos, em descumprimento à Lei de Execuções Penais. (...) MM /SR - Agência CNJ de Notícias

## Workshop resulta em 45 propostas para agilizar processos de execução fiscal

Um total de 45 propostas de ações para agilizar os processos relacionados à cobrança de impostos foi o resultado do Workshop sobre Execução Fiscal, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 08 de outubro. O evento contou com a presença de juízes e procuradores de diferentes estados e municípios brasileiros, que debateram alternativas para dar vazão a esse tipo de processo.

Segundo o secretário-geral do CNJ, juiz Rubens Curado da Silveira, essas iniciativas podem contribuir para redução do estoque processual e devem ser executadas em curto, médio e longo prazo. Dessa forma, algumas recomendações de curto prazo e grande impacto deverão ser encaminhadas à apreciação do plenário do CNJ, para dar maior agilidade à tramitação dos processos de execução fiscal, tais como o estabelecimento de

um valor mínimo para início da execução fiscal; protesto das dívidas com o governo somada à inscrição no SPC/Serasa; utilização do Sistema de Penhora on- Line (Bacenjud); do Sistema de Restrição Judicial de Veículos (Renajud), e do Sistema de Informações ao Poder Judiciário (Infojud), que dá acesso a juízes, praticamente em tempo real, a dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas na Receita Federal e no Bacenjud; entre outras.

As ações também prevêm a criação de um cadastro único com informações sobre inadimplências. Considera ainda a criação de uma listagem de devedores por tipos de tributos e bens patrimoniais. Outra ação para combater a sonegação fiscal diz respeito à divulgação de medidas coercitivas, com vistas à prevenção educativa. EN/MB/SR - Agência CNJ de Notícias